

EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO E O TERRITÓRIO DO ACRE (1890 – 1930)

Juliana Ferreira de Sousa¹; John Jamerson da Silva Brito²;

Universidade Federal do Maranhão, ferreira.juliana.sd@gmail.com¹

Universidade Federal do Maranhão, jamersonbritobr@gmail.com²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar brevemente a constituição do Ensino Primário no período da Primeira República (1890-1930), no estado do Maranhão e no território do Acre, através de um método comparativo em relação ao contexto e organização de cada localidade. Este trabalho foi produzido por meio de estudos bibliográficos, partindo de críticas as medidas governamentais impostas pelo chefe de estado Hugo Carneiro no território do Acre e apresenta sucintamente a mesma configuração do ensino primário no estado do Maranhão.

Palavras – chave: Acre, Maranhão, Ensino Primário.

Considerações Iniciais

Antes mesmo de se falar na educação e na educação primária desses estados é importante destacar os processos governamentais no qual ambos passaram. Pois essas etapas vão contribuir muito para o modelo de educação e conseqüentemente da educação primária que esses estados tiveram.

O então estado do Maranhão teve algumas configurações governamentais, pois passou por um período de colonização com os franceses, holandeses e por fim pelos portugueses, entre outros processos. Cabral (2008)³ mostra que depois de um período conturbado de movimentos como a República de Pastos Bons, Guerra dos Leds e Guerra dos Três que levaram a descontentamentos e tensões que se afluíram na balaiada. Toda essa movimentação idealizava o discurso republicano para região Sul do Maranhão (República de Pastos Bons).

O Maranhão aderiu a primeira república no período de 1890 a partir de muita violência, fuzilamentos, prisões arbitrárias, principalmente de negros e mulheres. Todo esse cenário era caracterizado pela desconfiança e hostilidade desse novo sistema de poder. Os primeiros governantes foram provisórios, um deles ficou apenas seis meses no mandato, esse período foi marcado por governos transitórios.

³CABRAL, S. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. Ed. São Luís: Edufma, 2008.

Já o estado acreano é mais recente que o Maranhão e seus processos governamentais foram diferentes. O Acre, até ser reconhecido como uma unidade da federação, vivenciou três diferentes formatos de organização político-administrativa: Acre Departamental (abril de 1904 – setembro de 1920), Território Federal Unificado (1º de outubro de 1920 – junho de 1962), Estado (15 de junho 1962 – dias atuais). Segundo Lima (1984)⁴:

A primeira organização política e administrativa do Acre foi dividida, a priori, em três departamentos ou prefeituras: Departamento do Alto Acre (Rio Branco), Departamento do Alto Purus (Sena Madureira) e Departamento do Alto Juruá (Cruzeiro do Sul). Souza (2002) destaca que em 1912 cria-se mais um departamento, através do Decreto nº 9 831 de 23 de outubro de 1912, o departamento do Alto Tarauacá (Vila Seabra) (p.02).

Essas transformações que ocorreram a nível de Brasil e conseqüentemente nesses estados Maranhão e Acre, faziam parte de mais um ciclo, de um novo modelo de sistema que o mundo estava se ajustando. Um processo que se iniciou lá no iluminismo com o processo de racionalização, que teve resquícios no período colonial, mas que se intensificou a partir de outro processo, industrialização, que começou a se dissipar em um âmbito maior no século XIX, e foi a partir desse período que o Brasil também começou a se reconfigurar para esse novo processo, para a modernização.

Toda essa nova configuração de mudanças de governabilidade iria acarretar em transformações em todas as instâncias. Pois esse novo modelo de estado teria que se ajustar ao processo de modernização que estava ocorrendo no mundo. Entre as características que guiavam a modernização se dava por meio de um estado com instituições que organizassem a sociedade, entre essas instituições a educação era uma prioridade, pois os cidadãos teriam que ser instruídos dos seus direitos e deveres. Como mostra Araújo (et. al. 2012, p. 83-84):

Ora a passagem escravocrata para uma sociedade livre exigia a preparação do povo e do novo trabalhador. Nesse contexto, a educação assumia uma posição diferenciada de até então, já que ela passou a ser uma compreendida como instrumento de construção dessa “nova sociedade”, da manutenção da ordem e fator de progresso e, conseqüência, a escola passou a ser vista como espaço de construção de nacionalidade.

É diante de todo esse cenário que vão ser instituídas as orientações iniciais da educação no primeiro período republicano do Brasil. Segundo Araújo (et. al. 2012) na primeira república (1890-1930) foram promulgadas 59 leis, que organizavam e reorganizavam o ensino; criaram, transformaram e converteram cadeiras para o ensino primário; fundaram externato e escolas proletárias noturnas.

Usando-se de revisão bibliográfica, serão apontadas algumas características do território do Acre e do estado do Maranhão em relação ao ensino primário, abrangendo brevemente sobre as configurações da educação, e como cada um organizou o sistema educacional primário, decorrendo desta maneira em um estudo comparativo entre os dois (estado e território).

Educação Primária no Acre

Os Governadores do Território do Acre deram grande importância ao Ensino Primário, pois tinham o objetivo de reduzir ao máximo o número de analfabetos, e desejavam que o estado crescesse rapidamente para que dessa forma, os índices educacionais e sociais aumentassem. O esforço e o incentivo nesta modalidade do ensino eram relatados constantemente nos Relatórios dos mesmos, ao passo que eles desejavam que o Território pudesse chegar ao nível na questão educacional dos demais estados do Brasil.

(...) enquanto a Nação contiver em seu seio um número inconfessável de analfabetos, estará cancerada nas fontes da vida e irremediavelmente perdida na concorrência com outros povos, incapaz de surtos progressistas, chumbada aos preconceitos e à rotina pelo peso morto do obscurantismo de seus filhos (LIMA; SILVA, 2016 apud RELATÓRIO DE GOVERNO DO GOVERNADOR DR. CUNHA VASCONCELOS, 1925).

Eles consideravam o analfabetismo como o câncer do progresso, impedido que o Acre desenvolvesse, e que por conta disso o mesmo sempre estaria em meio ao obscuro, preso ao passado, de forma que nunca conseguiria se igualar aos demais estados, ou na verdade, a visão eurocêntrica da época, ademais que essa aculturação era bastante difundida, pois a maior parcela da população via a Europa como exemplo de desenvolvimento, e de bom local para se viver, ocasionando em uma constante insistência para o desenvolvimento alcançar o nível europeu.

O Regulamento de Ensino de 1922 apresenta o Ensino Primário organizado em quatro anos, obedecendo à ordem ascensional e dividido em: elementar e complementar. Sendo que o curso elementar compreendia os dois primeiros anos de ensino e o complementar os dois últimos anos (LIMA; SILVA, 2016 apud REGULAMENTO DE ENSINO DO GOVERNADOR DR. EPAMINONDAS JÁCOME, 1922, Art. 8, § único).

A Educação Primária era organizada de forma que atendesse a todos em idade escolar para a alfabetização, para que as crianças pudessem rapidamente serem letradas, e desta maneira os índices educacionais subissem, refletindo nos investimentos, e na modernização do território, para que o mesmo alcançasse o nível dos demais estados brasileiros.

Existiam diversas modalidades de escolas, criadas para atenderem as diferentes configurações da população, como: “as Escolas Isoladas, as Escolas Reunidas ou Agrupadas, as Escolas Particulares e os Grupos Escolares” (ARAÚJO et. al. 2012). O grande objetivo era que todos na idade escolar pudessem receber as instruções mais básicas e rudimentares para que o progresso pudesse ser promovido, e como eles definiam: que a “massa” deveria ser transformada.

O recém criado acre precisava acompanhar as inovações educacionais que estavam acontecendo no restante do Brasil. À educação era a principal responsável pela difusão das luzes, sendo, portanto, inadmissível que um território se desenvolvesse sem a presença das escolas que oferecessem educação capaz de moralizar a população (ARAÚJO et. al. 2012, p.285).

Um dos grandes incentivadores desses ideais é o Governador Hugo Carneiro, no qual o mesmo tinha concepções bastante preconceituosas acerca do Acre, e de como ele via a população como um povo “atrasado” perante as modernidades surgidas no período. Conforme relata Sousa (2016):

O primeiro olhar do novo governador para a cidade de Rio Branco foi, em certo sentido, aterrador. Em correspondência enviada ao presidente da República, fez questão de não esconder seu sentimento de frustração com o aspecto da capital do Território que iria administrar e descreveu Rio Branco, grotescamente, como um espaço formado por toscas construções em madeira, órgãos públicos abandonados e ruas mal preservadas (p.171).

Diante da situação que o mesmo encontra o território do Acre, ele começa as reformas, de forma que as mesmas possam contribuir para o progresso, tanto na parte administrativa, quanto na educação, ao passo em que remodela e organiza o sistema de ensino. Outro ponto importante a se destacar no governo de Hugo Carneiro é a criação do primeiro Regulamento do Ensino Primário, que estabelece as normas para o regimento no território.

São criadas escolas em vários pontos do Território acreano, especialmente nas localidades de maior densidade de população em idade escolar. Segundo o relatório, é realizado, também, um processo de revisão das escolas existentes, localizando-se aquelas que já não apresentavam mais resultados satisfatórios, dinamizando o atendimento à população escolar [...] (LIMA; SILVA, 2016, p.04).

Hugo Carneiro queria o mais rápido possível que a educação pudesse ajudar na transformação do território, que o mesmo seguisse a luz do progresso, desta forma ele começa a rever as localidades em que as escolas estão instaladas, e as reorganiza, fechando muitas, e abrindo outras em locais com uma densidade maior da população, para que assim possam alcançar resultados satisfatórios mais rapidamente.

Entretanto isso ocasiona numa ruptura, e teoricamente em uma própria controvérsia, pois o mesmo almejava o fim do analfabetismo, mas estava fechando escolas em diversos locais, privilegiando a população de localidades com melhores condições financeiras, visto as que moravam nos centros urbanos, enquanto as populações rurais sofriam com a falta, ou com a precariedade das escolas existentes.

O mesmo justificava o fechamento dessas escolas, como algo necessário para o investimento em bens materiais, que pudessem melhorar no desenvolvimento do território. Um jornal da época publicou uma matéria, na qual tratava esses fechamentos como uma “mutilação” do ensino primário, pois afetavam centenas de alunos, que precisavam do ensino, mas seriam marginalizados, ao passo em que outros estariam sendo privilegiados por estarem melhores localizados, nos dois sentidos, de territorialidade e de classe (ARAÚJO et. al. 2012).

Educação Primária no Maranhão

O estado do Maranhão no período da Primeira República, ao mesmo tempo em que vive com a instabilidade social e política, passa por uma expansão considerável na Educação Primária, pois a mesma é vista como forma de expressar o progresso da constituição da República.

Entretanto a implementação da mesma se deu por um processo violento, no qual negros e mulheres sofreram em sua maioria, pois eram considerados como inferiores aos “homens brancos”. Ocorreram diversas prisões sem qualquer motivo plausível, fuzilamentos, e bastantes hostilidades dos coronéis da época, contra o novo sistema, ademais que o mesmo retirava deles os negros, que findavam o trabalho, e conseqüentemente o lucro nas terras.

A instalação da República não proporcionou transformações significativas no Maranhão, cuja população pobre continuava sem as condições básicas de educação, saúde e saneamento. A política oligárquica do País, em um processo excludente, dispensava tratamento diferenciado às Unidades da federação, com isto a maioria dos estados nordestinos permaneceu à margem de seus benefícios, dentre eles o Maranhão (ARAÚJO et. al. 2012, p.80).

Os estados do nordeste sofreram bastante com a mudança do regime político, ao passo em que não tinham estrutura para a mudança, ou mesmo qualquer investimento do governo, o que deixou esses estados, aquém dos demais do país. Ocasionalmente em uma exclusão indireta dos mesmos, perante a nova configuração política.

O ciclo decadentista do Maranhão se dá nesse período de transição, ademais que a aristocracia rural, sofre com a falta de mão de obra escrava, e passa a lutar para a Institucionalização da escola graduada, de forma que a mesma possa ajudar na expansão da

economia, da valorização do estado, e conseqüentemente na estabilização do enriquecimento do mesmo.

Neste período houve diversas leis, que ao longo do tempo foram modificando e organizando o sistema educacional vigente na época, no qual buscavam orientar os estados para a configuração da educação. Segundo Araújo (et. al. 2012, p.79):

Haja vista que durante a Primeira República (1890-1930) foram promulgadas 59 leis, que organizaram e reorganizaram o ensino; criaram, transformaram e converteram cadeiras para o ensino primário; fundaram externato e escolas proletárias noturnas. Convém ressaltar que, a cada cinco anos desta fase republicana, os três períodos de maior expressividade de promulgação foram 1900 e 1905, com 14 leis; os demais ficaram em torno 2 a 7 leis cada.

Além das diversas leis que contribuía para a implementação do Ensino Primário no Maranhão, grandes intelectuais estavam envolvidos em projetos, que buscavam criar, e reformular instituições, para que as mesmas pudessem fortalecer a educação no estado.

Ressalva-se que esses processos de reformulação, não tinham cunho apenas de desenvolvimento da educação, mas por uma perspectiva política, pois o republicanismo não era o movimento com maior força no estado. Desta maneira o partido conservador, tomava a frente em busca de reagir a esse novo sistema de governo.

A primeira Constituição Política do Estado do Maranhão foi promulgada em 04 de julho de 1891, fazendo apenas uma breve menção ao ensino, definindo-o como gratuito, e laico, no qual a igreja não poderia interferir.

[...] atendendo às suas determinações, o governador Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque assinou o Decreto de 1º de agosto do mesmo ano, determinando que o ensino primário público seria laico, gratuito e obrigatório, ficando o Governo Estadual responsável pela manutenção das escolas dos municípios, com exceção de São Luís (ARAÚJO et. al. 2012, p.82).

Nesta configuração de educação, a população começa a reivindicar pelo direito ao acesso a escola, ademais que quase 90% da mesma se encontrava fora dela. Isso apenas em 1920 que veio ocorrer, quase no final do período da Primeira República. Ou seja, o estado do Maranhão, praticamente não ofertava ensino para sua população durante 20 anos, ao passo em que apenas a elite tinha acesso e os mais pobres não, apesar desse direito à escolarização gratuita dos menos favorecidos, estar decretada em lei estadual.

Isso em grande parte se deve também a conjuntura política instaurada, e ao próprio planejamento, bem como o pouco investimento no estado, decorrendo uma “bola de neve” que provoca um caos na educação, deixando uma enorme parcela da população segregada, sem qualquer nível de instrução.

No “Anuário Estatístico do Maranhão”, de 1900, dentre uma população de 499.308 pessoas, sendo 246.751 homens e 252.557 mulheres, apenas 99.91 sabiam ler e escrever, 188.175 eram considerados totalmente analfabetos e 210.814 sem declaração de instrução. Esses dados demonstram o quão difícil seria implantar ou transformar uma cultura escolar em uma sociedade acostumada a não ler. Situação que está presente até 1920 (ARAÚJO et. al. 2012, p.83).

A educação no Maranhão sofria bastante com a falta de investimentos, e com a própria cultura da população, que não tinha o hábito de estar na escola, onde na verdade não existiam escolas, o que deixava a todos em uma situação complicada, pois os índices de analfabetismo eram gigantescos, e o número de pessoas que tem ao mínimo de algum grau de instrução era baixíssimo.

O estado do Maranhão é marcado pela divisão de classes, sendo bastante presente na educação, ao passo em que a escola era dividida entre as elites, e as classes populares, o ensino era dividido para que os mais pobres tivessem formação profissional, e de artes e ofícios, de forma que pudessem trabalhar, enquanto as elites recebiam um ensino pelas escolas secundárias, na qual eram controladas pela União, e não pelo estado. E analisando a conjuntura, as escolas de responsabilidade da federação possuíam “teoricamente” uma melhor estrutura, e talvez melhores professores, em comparação com as estaduais.

Antes do ano de 1925, a educação era dividida por gênero, sendo presente até mesmo na legislação, na qual as escolas de primeiras letras eram fragmentadas, com a divisão do sexo, uma para meninas e outra para meninos. Apenas após os anos 1900, inicia-se um debate sobre a criação das primeiras escolas mistas, sendo embasadas pela legislação.

[...] a Lei nº 127, de 24 de março de 1896 cria às primeiras escolas mistas, terminologia que perdurou até a Lei nº 838, de 23 de março de 1919, a última a mencionar esse modelo. A partir de então, a maioria das escolas criadas eram mistas e só as masculinas eram transformadas. Em 1925 foi totalmente abolida da legislação a criação de qualquer escola primária com essa especificação (ARAÚJO et. al. 2012, p.84-85).

Portanto o ensino primário passa a vigorar de forma mista, unindo a todos os sexos e tentando solucionar as problemáticas envolvidas no Maranhão, com os altos índices de Analfabetismo. Ao mesmo tempo em que o ensino tornar-se-ia melhor com a junção das turmas e dos sexos.

Comparativo entre os dois modelos educacionais de educação primária

Percebe-se que o território do Acre e o Maranhão, cada qual ao seu modo, enfrentaram diversas problemáticas. Pois devido às configurações políticas que os mesmos vivenciaram, desencadeando grandes mudanças nos sistemas de ensino e na sua formação.

Outro ponto importante a se ressaltar é o foco na erradicação do analfabetismo, e a busca pelo progresso, entretanto, esse ponto é mais forte no território do Acre, que recém anexado ao Brasil, sofria com as tentativas de se igualar aos demais estados, mesmo sem as estruturas e os investimentos necessários.

A educação primária nos dois locais era bastante priorizada, pois para os governantes, seria por meio dela, que iria ocorrer o desenvolvimento e o progresso, sendo a alfabetização o meio para o melhoramento do território – estado.

Nesse período da Primeira República, houve diversas leis, e modificações que foram realizadas com o objetivo de aperfeiçoar a educação, regulamentando a criação de diversas escolas que pudessem atender as demandas da população. Mas deve-se deixar claro, que eles realizavam isso, não apenas com objetivos sociais e educacionais de melhorar o ensino, mas havia um interesse político de aperfeiçoamento do estado e território a nível nacional de adequação.

Um ponto importante que deve ser analisado também é a retirada de escolas no território do Acre, de determinados locais, sendo direcionadas para outras localidades, deixando uma parcela razoável da população, sem acesso a educação e ao ensino, segregando as pessoas. No Maranhão isto é mais notadamente explícito, pois a legislação diferenciava tanto o gênero, quanto a classe social, provocando uma desigualdade educacional perante o ensino da população.

Considerações Finais

A Educação Primária no período da Primeira República foi o grande foco do território do Acre e do Maranhão, pois os mesmos viam nessa modalidade de ensino, a “salvação” e o progresso para a população, sendo ela o principal mecanismo para que os índices de analfabetismo fossem sanados, ou reduzidos.

A grande problemática por detrás dessas medidas governamentais, tanto no território do Acre, como no estado do Maranhão, são as mudanças nos sistemas de ensino em ambas as realidades, que acabam deixando uma parcela da população sem acesso a educação, ou pior, segregando, direta e indiretamente, por meio da classe social, ou do gênero. Pois essas medidas não eram feitas para que a educação se tornasse acessível, ou democrática e sim para uma educação como um meio de adequação e promoção dessas localidades ao restante do país.

Apesar de ter sido um período bastante frutífero para a Educação Primária, também foi um momento bastante controverso na construção do ensino e na sua configuração, pois dividiu e segregou o acesso a educação.

Referências

ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R. M. N. (orgs). **Escola primária na primeira república (1889-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2012.

LIMA, C; SILVA, E. **A organização da educação primária no acre território na década de 1920: centralização dos serviços de educação e implantação da escola graduada.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/viennhe/anais/trabalhos/eixo6/submissao_14711189963721473501706239.pdf>. Acesso em: 13 de junho. 2018.

SOUZA, N. M. **A organização da educação acreana e o discurso da modernidade: as reformas Hugo carneiro e Francisco de Paula Assis Vasconcelos – 1930/1940.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação do Mestrado em Educação. Rio Branco, 2016.

SOUZA, S. R. G. **Resistências ao projeto modernizador de Hugo Carneiro no acre territorial (1927 A 1930).** Revista de História Jamaxi , v. 01, p. 170-187, 2018.